

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EMPRESARIAL - TURMA 2016/2017**

**INOVAÇÃO SOCIAL NO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIDADE DE TRIAGEM DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO**

**Sandra Ganzer**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aurora Carneiro Zen**

O objetivo geral do artigo é o de analisar o desenvolvimento dessa cadeia de reciclagem de resíduos sólidos e os impactos na ressocialização do indivíduo/paciente encaminhado aos cuidados do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Para tanto, realizou-se um estudo de caso único da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro (ATUT), em Porto Alegre, RS, responsável por criar uma inovação social no gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, ao integrar pacientes portadores de transtornos emocionais na cadeia produtiva da reciclagem. Entre os principais resultados do projeto está o uso do trabalho como ferramenta terapêutica, capaz de trazer benefícios nos âmbitos social, ambiental e econômico, inclusive com o desenvolvimento de um processo organizacional de trabalho eficiente, com o respeito às singularidades dos atores envolvidos. No tocante à opção da associação como forma de empreendimento coletivo, analisa-se o amparo legal da escolha pelos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a promoção do desenvolvimento dos trabalhadores da cadeia de reciclagem de resíduos, e o envolvimento das instituições públicas e privadas no sistema produtivo.

**Palavras-chave:** Hospital Psiquiátrico São Pedro; inovação social; reciclagem; associação; inclusão social.

## **1. Introdução**

A ação de gerar benefícios para a sociedade como um todo, e não somente para determinados indivíduos, vem ganhando espaço na comunidade brasileira, na forma do que se pode nominar de inovação social, entre seus vários significados. Não só a iniciativa privada, mas organizações não governamentais, particulares, universidades e governo estão trabalhando para inseri-la no contexto em que vivem (AGOSTINI, 2017; PACHECO, 2016).

Um dos palcos possíveis para sua aplicação se encontra na problemática ambiental da gestão dos resíduos sólidos. Afirma-se isso devido ao grande volume e a inexistência de um sistema eficiente de destinação desse material. Além disso, a utilização do processo da reciclagem para minimizar os danos traz à cena os trabalhadores envolvidos nessa cadeia produtiva - os catadores -. Dispostos na parte mais sensível das relações humanas ali presentes, possuem necessidades que vão ao encontro dos objetivos das práticas inovadoras, conforme Pacheco (2016, p. 86): a “inclusão social, o empoderamento e o aumento da participação dos diversos atores que utilizam aquela inovação”.

O presente artigo irá abordar o caso de um grupo específico de catadores, aqueles integrantes da Associação dos Trabalhadores do Centro de Reabilitação Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sigla ATUT, em Porto Alegre, RS, responsável por criar uma inovação social no gerenciamento de resíduos sólidos, ao integrar pacientes portadores de transtornos emocionais no sistema de reciclagem.

A pesquisa aborda a importância dos grupos organizados, tendo como pano de fundo a preocupação ambiental com os resíduos sólidos e a necessidade de gerenciamento adequado desse material; o uso da reciclagem e unidades de triagem, como alternativa de inclusão social e geração de renda para os catadores, além dos benefícios da inovação social, apta a gerar a ressocialização, por meio do uso da função terapêutica do trabalho e os impactos positivos alcançados. Nesse sentido, são questionados os impactos e de que forma esses grupos organizados se desenvolvem e funcionam como alternativa de geração de renda, como fonte de inclusão social, e, no caso estudado, mais ainda, como fator de inclusão social efetiva de pacientes com transtorno emocional e vulnerabilidade social.

O objetivo geral do artigo é o de analisar o desenvolvimento dessa cadeia de reciclagem de resíduos sólidos e os impactos na inclusão do indivíduo/paciente encaminhado aos cuidados do Hospital Psiquiátrico São Pedro. O método utilizado foi o estudo de caso único, com observação participante, análise de documentos e a realização de entrevista com um dos idealizadores do projeto.

A relevância da pesquisa está em analisar um caso inovador de gestão de resíduos sólidos e de recursos humanos, envolvendo uma força de trabalho atípica. Formalizada em uma associação, é projeto modelo apto à possibilidade de ser replicado em outras instituições similares do país, de forma a atender esse público diferenciado, considerando a sua existência e funcionamento exitoso há, aproximadamente, quinze anos. Além dessa introdução, o artigo perpassa pela revisão da literatura, método, descrição e análise dos dados e conclusões.

## **2. Revisão da literatura**

A problemática ambiental dos resíduos sólidos no Brasil, gerada pelo alto volume e pela inexistência de um sistema eficiente de destinação desse material, recebeu outros contornos com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto

de 2010 (BRASIL, 2010), que abriu formalmente novos caminhos para a inovação social nessa área.

A partir do ano de 2010, expressões como gerenciamento de resíduos sólidos, gestão integrada, planos de resíduos sólidos, responsabilidade compartilhada, parceria, cooperativas e outras formas de associação de catadores ganharam força extra no âmbito legal. Mas para além dos importantes instrumentos e conceitos modernos previstos na citada norma, e na esteira do que, por exemplo, o Decreto nº. 5.940, de 25 de outubro de 2006<sup>1</sup> (BRASIL, 2006), e a Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007<sup>2</sup> (BRASIL, 2007)<sup>3</sup>, já haviam tratado, o que emerge claramente do texto da PNRS é o contexto humano social, ao ratificar a legitimidade da atividade dos catadores de resíduos sólidos no sistema ambiental, especialmente priorizando e apoiando os grupos organizados desses trabalhadores (RIBEIRO, 2014).

Assim, a par da preocupação ambiental sobre os resíduos, na referida norma tratou-se da inclusão social, de forma a trabalhar *pari passu* tanto da gestão material como humana.

Essa inclusão ocorreu dentro de um histórico de reivindicações dos trabalhadores dessa área (BORTOLI, 2013), os catadores, e após mais de sete anos de a profissão de catador de material reciclável ser identificada pelo Ministério do Trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações (MTECBO, 2002)<sup>3</sup> e assim definida: os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança. Nessa linha, utiliza-se no presente artigo a denominação de catador.

O município de Porto Alegre já, em 1989, iniciara uma política de gerenciamento de resíduos, sendo até hoje uma referência no assunto em âmbito nacional. Criou-se o Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, mantido pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana, autarquia do Município de Porto Alegre, responsável pela limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos (DMLU), atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007). Uma de suas principais ferramentas é a Coleta Seletiva, em relação à qual as Unidades de Triagem estão vinculadas. Essas são locais (galpões em geral) “onde os catadores estabelecem, por meio de associações, o beneficiamento, armazenamento e a comercialização dos resíduos recebidos por meio da Coleta Seletiva” (ANDERSSON, 2005, p. 112). Assim, cada uma é coordenada por um grupo organizado, em geral uma associação ou uma cooperativa de catadores. Todo o material recolhido pela coleta seletiva é distribuído para as Unidades de Triagem para separação, enfardamento e venda para a reciclagem (DMLU), com impactos positivos ambientais, econômicos e sociais, tendo em vista a geração de trabalho e renda para aqueles trabalhadores.

Esses benefícios, nas palavras de Jacobi (2006), integram um sistema que abrange as unidades de triagem e poder público em prol da reciclagem:

---

<sup>1</sup> Lei que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades de administração direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

<sup>2</sup> Lei que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

<sup>3</sup> A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela Classificação Brasileira de Ocupações são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei.

Desde 1989, multiplicam-se no Brasil as experiências de gestão compartilhada de resíduos sólidos através de programas municipais de coleta seletiva em parceria com catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas. Trata-se de experiências que devem ser valorizadas, apesar da sua pequena escala, porque geram benefício econômico (garantia de renda estável às famílias envolvidas); benefício ambiental (reciclagem de diversos materiais) e benefício social, pois esse trabalho proporciona possibilidades de integração social de pessoas que sempre foram marginalizadas (p. 11).

Além desses benefícios, a inclusão social presente nessas iniciativas demonstra a importância desse apoio e fomento aos grupos organizados de catadores (ANDERSSON, 2005), razão pela qual merece ser mantido continuamente o convênio com o poder público municipal, e a cooperação público-privada para o envio dos resíduos corretamente para reciclagem, tudo isso com o devido reforço das diretrizes da PNRS. Cabe destacar que individualmente não seria possível alcançar os resultados que essas relações coletivas trazem.

Bortoli (2013) descreve de forma interessante a transição do individual para o coletivo devidamente organizado dos catadores:

Considerando os aspectos históricos relativos à organização do segmento e à institucionalização de políticas voltadas para os catadores, pode-se perceber que, na primeira década do século 21, houve um deslocamento da coleta como *uma* das formas de subsistência, realizada de modo individual, atividade recorrente na última década do século 20, para a coleta como *a* forma de subsistência, realizada por catadores organizados. Esse deslocamento demarcou a emergência de novas tecnologias para a realização do trabalho de coleta, assim como fomentou sua organização social e política (p. 252).

Nesse contexto de inclusão e de legitimação dos trabalhadores da reciclagem, surgiu na cidade de Porto Alegre, RS, aproximadamente no ano de 2000, um projeto social diferenciado, destinado a um grupo específico de pessoas, inicialmente apenas como um espaço de reciclagem (GALLETTI, 2003).

Com o objetivo de reabilitação psicossocial, e utilizando-se, para tanto, da geração de trabalho e renda, com o passar do tempo, os pacientes e moradores do entorno do Hospital Psiquiátrico São Pedro foram integrados na Associação dos Trabalhadores do Centro de Reabilitação Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sigla ATUT, fundada formalmente em 18 de setembro de 2002, conforme seu Estatuto (ESTATUTO, 2002), e registrada em momento posterior.

A Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro, então, tornou-se uma das dezesseis<sup>4</sup> (DMLU) Unidades de Triagem (UT) conveniadas com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, consoante já referido.

Iniciado em 2000, o projeto da associação tem gerado bons resultados, sendo referência para outros ambientes no Brasil, como forma de reabilitação psicossocial, com o uso terapêutico do trabalho.

Ainda, observa-se que em período bem anterior à instituição da política de resíduos sólidos no Brasil, a ATUT já cumpria um papel socioambiental relevante, com a organização de uma associação com pacientes encaminhados ao hospital. São iniciativas como essa que agora possuem a chancela da PNRS, por meio do fomento à configuração de associações ou cooperativas, sem preferências, como integrantes fundamentais do sistema de reciclagem brasileiro.

---

<sup>4</sup> Dados extraídos de: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu>, que informa o número de unidades de triagem.

A estrutura de trabalho é semelhante às demais unidades de triagem existentes em Porto Alegre.

Os diferenciais desse grupo organizado se encontram na espécie da força de trabalho e o tipo de material reciclado (ZAMORA, 2013), como será visto mais adiante.

A inovação social reside na utilização dessa ferramenta não só como forma de geração de trabalho e renda, mas, no caso estudado, como fonte da reabilitação psicossocial.

Nesse sentido, e para os efeitos desse artigo, utiliza-se a definição de inovação social mais ampla, proposta por Pacheco (2016)<sup>5</sup>:

[...] inovação social pressupõe uma nova solução ou uma modificação de algo já existente, orientada para a resolução de problemas coletivos e originada nos diversos setores, privado, público e sociedade civil, ou na sua interconexão, onde os atores intervêm em rede de forma participada, visando satisfazer as necessidades não atendidas nem pelo mercado, nem pelo Estado, promovendo a inclusão social, empoderamento dos indivíduos e achatando as relações de poder dentro de um determinado território. Portanto, na definição desenvolvida nessa investigação, a inovação social tem três objetivos, a inclusão social, o empoderamento e o aumento da participação dos diversos atores que utilizam aquela inovação (p. 86).

A partir desses três elementos da inovação social - inclusão social, o empoderamento e o aumento da participação dos diversos atores -, é possível olhar o quanto presentes estão na iniciativa da Associação dos Trabalhadores do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

No momento em que se fala de (i) “capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, aos processos de exclusão e marginalização social” (op. cit., p. 86), sendo esse um ferramental que visa à melhoria da participação na sociedade desse público, imediatamente se remetem aos treinamentos que os pacientes e integrantes associados receberam e continuam a receber para operar a sistemática da reciclagem.

Sobre isso, Galletti (2003), em seu excelente estudo acerca das relações que se estabeleceram na ATUT, fornece um panorama do local:

Transcorreu, aproximadamente, um mês de curso de educação para o trabalho, cidadania e qualificação profissional, com a participação de todos os trabalhadores e ministrado pela Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do RS (FARRGS). Na ATUT, além dos cursos oferecidos aos trabalhadores para organização de iniciativas econômicas autogestionárias e auto-sustentáveis, o apoio do DMLU possibilitou assessoramento gerencial e prático nas atividades e no desenvolvimento das rotinas da organização (p. 19).

Mas não é somente dessa forma de capacitação em sentido estrito que ocorre. A participação dos integrantes nas atividades de coordenação do grupo, e no conselho fiscal, escolhidos entre todos por meio de voto, demonstra a grandeza das relações tecidas e a relevância no contexto de vida de cada um.

Em relação às (ii) “mudanças das relações sociais e de poder” (empoderamento), em que o mesmo autor afirma tratar-se “de uma perspectiva que redefine papéis na sociedade ao colocar os indivíduos antes excluídos dos processos de desenvolvimento e da distribuição e exercício do poder no centro destas dinâmicas” (PACHECO, 2016, p. 100), pode-se citar uma das tantas situações observadas na Associação, que reflete essa comunicação, o “ter voz”, capacidade de ouvir e de serem ouvidos, o exigir e o lutar por seus desejos, ou seja, “capazes de verbalizar as

---

<sup>5</sup> Adota as perspectivas das linhas da Administração Pública Participativa e do Desenvolvimento Local (op. cit., p.86).

suas pretensões em vista do bem-comum” (*op. cit.*, p. 100), conforme relata KAUFMANN (2012):

No período da pesquisa de campo na ATUT, observamos um caso de desentendimento mais intenso. Foi em uma reunião em que os associados estavam discutindo se trabalhariam nas vésperas do Natal e do Ano-Novo, porque havia uma grande quantidade de material acumulado. Uma das “pacientes”, nervosa, xingava todos com palavrões, dizendo que não trabalharia: “Eu já tenho outras coisas pra fazer.” E, então, um dos moradores da vila, que tinha dado a ideia de trabalhar, se exaltou e revidou as ofensas recebidas, dizendo que ela não queria trabalhar porque ganhava outros benefícios: “Nós só temos o dinheiro que ganhamos aqui.” A “paciente” ficou muito exaltada, reclamou mais ainda, foi repreendida pelo psicólogo, que encerrou aquela discussão, afirmando que quem quisesse trabalhar era para avisar a coordenadora para que uma lista fosse montada (p. 83).

Outro elemento da inovação social presente na Associação é a inclusão, constituída, entre outros fatores, “por relações de proximidade e de solidariedade (ex.: amizade, família, bairros, comunidade, movimentos sociais), que geram um senso de pertença aos sistemas sociais. Através desta dimensão, laços sociais são fortalecidos ou enfraquecidos”.

Não se desconhecem as críticas a esse sistema de utilização dos trabalhadores de resíduos dos autores que entendem desproporcional o ganho da indústria e dos catadores (BURGOS *apud* ZAMORA, p. 31), porém a linha teórica é a de buscar os resultados positivos que esse viés vem produzindo nas dimensões ambiental, econômica e social.

### **3. Método de Estudo**

No presente caso, o tipo de estudo escolhido foi o estudo de caso único, na Unidade de Triagem localizada no Hospital Psiquiátrico São Pedro, coordenada pela Associação dos Trabalhadores do Centro de Reabilitação Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sigla ATUT. A escolha do caso considera o fato de se tratar de uma organização diferenciada das demais unidades de triagem existentes em Porto Alegre, RS, em razão do público atendido e da matéria-prima utilizada, consistente quase que unicamente de papel, obtida por meio de convênios com órgãos públicos e organizações privadas (ZAMORA, 2013). “A utilização de um único caso é apropriada em algumas circunstâncias: (...) quando o caso sob estudo é raro ou extremo, ou seja, não existem muitas situações semelhantes para que sejam feitos estudos comparativos” (CESAR, 2005, p. 04).

A etapa do levantamento de dados foi realizada por meio do exame de documentos da Associação, tais como o estatuto de constituição do grupo, bem como os termos de convênios realizados com diversos órgãos públicos e privados, para o fim de angariar os resíduos sólidos para o trabalho da unidade, e alçar a matéria-prima para a indústria. Também foram analisados os termos de cooperação, especialmente da Procuradoria Regional da República na 4ª Região, com sede em Porto Alegre e da Defensoria Pública da União (DPU).

Além disso, foi elaborado um roteiro com questões abertas, aplicado ao psicólogo Alexandre Baptista, um dos idealizadores do projeto - ao lado da terapeuta ocupacional Joana Coelho dos Santos -, que redundou na criação da associação, e que permanece nela trabalhando. Por fim, também foi usado como método de pesquisa a observação direta, por meio de visitas à unidade de triagem, possibilitando o contato pessoal com o objeto da investigação. No presente caso, o tipo de estudo escolhido foi o estudo de caso único, na Unidade de Triagem localizada no Hospital Psiquiátrico São Pedro, coordenada pela Associação dos Trabalhadores do Centro de Reabilitação Psicossocial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sigla ATUT. A escolha do caso considera que se trata de uma organização diferenciada das demais unidades de triagem

existentes em Porto Alegre, RS, em razão do público atendido e da matéria-prima utilizada, consistente quase que unicamente de papel, obtida por meio de convênios com órgãos públicos.

Os dados foram analisados a partir dos recursos humanos envolvidos, dos tipos de resíduos trabalhados pela Associação e o processo de trabalho adotado, inclusive quanto ao meio de captação dos resíduos. Verificou-se, ainda, o tipo de organização formal do grupo de recicladores e o projeto social adotado. Por fim, foram observados os efeitos secundários e os impactos sociais, ambientais e econômicos dessa unidade de triagem.

#### **4. Descrição e análise dos dados**

A ATUT é pessoa jurídica beneficente e sem fins lucrativos, fundada em 18 de setembro de 2002. Quanto aos associados, em seu estatuto social, nos termos do artigo 6<sup>a</sup>, estabelece-se quem pode integrar o grupo: usuários do Ambulatório Melanie Klein, associados do Clube da Amizade, moradores do Hospital, usuários com encaminhamento técnico dos serviços de saúde mental da cidade de Porto Alegre, em especial, dos abrigos protegidos e centros de atendimento psicossocial (CAPS), vinculados à prefeitura municipal de Porto Alegre, moradores da comunidade da Vila São Pedro e do residencial terapêutico Morada São Pedro.

Nesse sentido, conforme relata o entrevistado, o público atendido pelo projeto se constitui em pacientes encaminhados pela rede pública de atendimento nas áreas da assistência social e da saúde (CAPS, NASF<sup>6</sup>, hospitais, ambulatórios, profissionais diversos as áreas da saúde mental), em situação de vulnerabilidade social e econômica, e, ainda, dois associados que residem na área remanescente de moradia do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

A coordenação da ATUT é exercida por um coordenador eleito em assembleia geral. Além desse cargo, constam do Conselho Executivo o de vice-coordenador, de primeiro e segundo secretários, de primeiro e segundo tesoureiros. Para o Conselho Fiscal, são eleitos dois conselheiros fiscais titulares e três conselheiros suplementares, todos recicladores. É possibilitada a ocupação de qualquer cargo previsto no Estatuto Social pelos associados, mesmo em situação técnica de serem considerados pacientes, excetuando-se a eventualidade de estarem na condição de interdição civil.

A atividade na Associação não se sustenta por meio da relação habitual do mundo do trabalho, respeitando a condição individual de cada associado. Costuma-se manter um número de trinta e cinco associados formalmente vinculados ao projeto. Há ainda um público remanescente da Vila São Pedro, porém que também podem se enquadrar no conceito condição de pacientes, sendo que o quantitativo atual que apresenta algum tipo de comprometimento é de 95%.

Quanto ao processo de trabalho desenhado, envolvendo o tipo de resíduo, e o processo de captação de material, pode-se afirmar que a ATUT trabalha/opera quase que na totalidade com um tipo de resíduo em especial, o papel. Segundo as informações do entrevistado, a unidade opera com uma tipologia de resíduos diferenciada, em função de estar localizada dentro de um órgão público. Por tal razão, há a exigência de observância de determinados padrões de organização e melhor salubridade do ambiente. Porém, a matéria-prima escolhida encontra especial razão de ser pela facilidade de manuseio pelo público atendido, que são pessoas portadoras de sofrimento psíquico, apresentando graus diversos de limitações emocionais e ocupacionais. Quase a totalidade dos resíduos são compostos de aparas de papel<sup>7</sup> (em torno de

---

<sup>6</sup> NASF: Núcleos de Apoio à Saúde da Família criados pelo Ministério da Saúde.

<sup>7</sup> “Aparas de papel são as sobras ou fragmentos de papel compactados que serão encaminhadas para o processo de reciclagem, sendo recolhidas por catadores informais, cooperativas, coleta seletiva, aparistas, entre outros agentes coletores” (GONELLA, 2015).

95%), o restante (5%), metais diversos e plástico. A Unidade não trabalha com vidros e nenhum tipo de resíduos que demanda tratamento especial (pilhas, baterias, lâmpadas, produtos químicos, etc.). Observa-se que uma das vantagens do papel é a de ser um material de fácil encaminhamento para a reciclagem. Tal facilidade advém do interesse econômico do mercado em receber esse tipo de matéria-prima.

O processo de captação de resíduos sólidos também é diferenciado. A iniciativa está organizada numa modalidade de parcerias com instituições públicas e organizações privadas, que disponibilizam resíduos recicláveis para o processo de triagem. Esses parceiros, como são denominados pela Associação, recebem, como contrapartida, se assim solicitarem, uma espécie de prestação de serviço oferecida consistente no processo de fragmentação dos materiais, observando padrões de sigilo que impedem a identificação posterior do material.

A ATUT mantém em torno de cinquenta termos de cooperação com pessoas jurídicas, em sua maioria públicas, para a remessa de material/resíduos para a reciclagem. Entre as entidades parceiras, podem ser citadas: Ministério Público Federal (MPF/PRR4), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Estadual (MPRS), Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). Há, ainda, um número expressivo de parcerias eventuais (sem firmar um termo formal de parceria), nos casos em que a empresa, ou órgão público, entrega o resíduo na sede da ATUT ou disponibiliza para recolhimento. Nesses casos, o material é processado e a Associação certifica o processo por meio de um termo declaratório.

Quanto ao quantitativo de resíduos sólidos recebidos, não é realizado um controle de pesagem pela associação do que é fornecido por cada órgão gerador, em função de questões logísticas da própria associação.

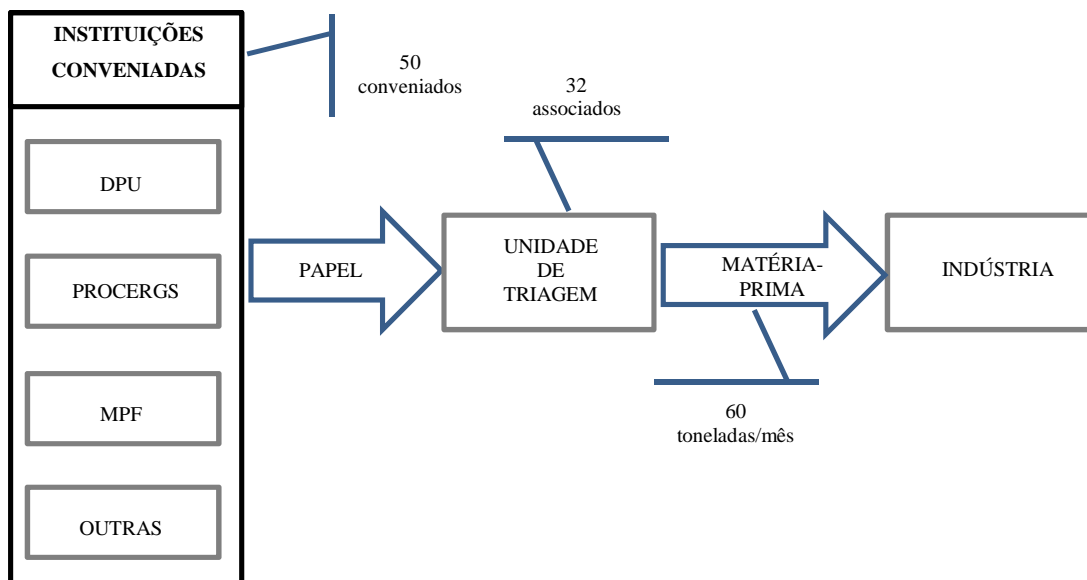
O material pode ser recolhido pela ATUT diretamente no órgão, e esse é outro diferencial em relação às demais associações e cooperativas: a logística do transporte. Ela própria se encarrega de transportar a matéria-prima, por meio de um veículo utilitário, o que facilita o processo de captação de material específico, bem como possibilita a formalização do grande número de convênios. Ocorre, também, considerando o tipo de resíduo, limpo, e de fácil manuseio, de os diversos parceiros disponibilizarem os resíduos, na sede da ATUT, por meio de transporte próprio.

No galpão da associação, as atividades são ordenadas para a seleção do material, triagem, fragmentação e enfardamento dos materiais, com a finalidade de venda direta ao mercado. Os pacientes participam de todas as etapas do processo de trabalho.

No tocante aos resultados, à geração de matéria-prima, em média, são produzidas mensalmente sessenta toneladas de resíduos. Ao final do processo terminam por se caracterizar como matéria-prima para comercialização. A figura 1 apresenta o processo de trabalho da Associação.



**Figura 1 - Processo de trabalho da Associação**



Entre os problemas enfrentados, a ATUT enfrenta uma situação negativa que pode ser tida como comum a praticamente todas as unidades de triagem, que é a questão do reduzido quantitativo de matéria-prima captado em períodos específicos do ano. O entrevistado esclarece que no Rio Grande do Sul, existe a questão da sazonalidade das festas de final de ano e dos calendários de férias das instituições públicas nos meses de janeiro e fevereiro, o que termina ocasionando uma queda na geração de resíduos e, conseqüentemente, nos quantitativos repassados à Associação. Para o grupo, revela-se uma situação de difícil manejo, em função de a geração de renda alcançada nos meses tido como normais não ser expressiva a ponto de permitir uma reserva de recursos financeiros para suprir a queda sazonal de quantitativos. Entretanto, ressalta o entrevistado, não se tratar de uma condição absoluta, no sentido de todos os anos transcorrer da mesma maneira, inclusive, em função do fato de que a Unidade recebe quantitativos importantes de documentos com prazo de guarda (comumente chamado de arquivo morto) das instituições parceiras, que operam com o descarte regular desse tipo de material (documentos), respeitando cronogramas e normatizações próprios, quando então o processo de descarte não está atrelado a uma data específica e sim aos critérios de gestão da instituição parceira. Além da sazonalidade, há órgãos públicos nos quais deve ocorrer, por norma interna, a alternância periódica entre os destinatários do material destinado à reciclagem.

Outra questão que subjaz ao presente estudo, é a escolha do tipo de organização formal do grupo de recicladores, a espécie de empreendimento coletivo: associação ou cooperativa. Como mencionado, as Unidades de Triagem em Porto Alegre estão organizadas por grupos de pessoas, que são os catadores e recicladores. Estes, por sua vez, constituem e integram associações e cooperativas e, desta forma, gerenciam formalmente cada unidade de triagem (DMLU).

O que interessa ao caso é demonstrar as diferenças entre associação e cooperativa, além da inexistência de norma legal que torne obrigatória a constituição de cooperativa nos casos de pessoas vulneráveis, bem como os fundamentos de a ATUT ter optado pelo tipo de organização da associação para o desempenho de suas atividades, passando pelos motivos de o tipo

cooperativado não atender aos objetivos desse grupo específico, diversamente de outras unidades. Nesse sentido, no quadro 1, observam-se as diferenças de cada empreendimento. Entre os citados, destacam-se os itens adequação, vantagem, constituição, em relação aos quais se pode afirmar que conferem, no mínimo, coerência à própria natureza da ATUT, de associação, não havendo se falar em necessidade de modificação, seja por não haver exigência legal, seja por se apresentar conforme os vínculos existentes no mundo ATUT<sup>8</sup>.

**Quadro 1: Comparativo das características da associação e da cooperativa**

	<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>COOPERATIVA</b>
<b>Natureza/finalidade</b>	Tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia.	Tem finalidade essencialmente econômica e seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo dos associados junto ao mercado.
<b>Tipo de vínculo</b>	Os associados não são propriamente os donos do patrimônio. O patrimônio acumulado pela associação, no caso de sua dissolução, deve ser destinado a outra instituição semelhante, conforme determina a lei.	Os participantes são os donos do patrimônio.
<b>Resultados</b>	Os ganhos eventualmente obtidos pertencem à sociedade e não aos associados.	Os beneficiários dos ganhos são os participantes.
<b>Adequação</b>	Adequado para uma atividade social.	Adequado para desenvolver uma atividade comercial.
<b>Vantagem</b>	Gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor.	Não engessa o capital e o patrimônio.
<b>Desvantagem</b>	Engessa o capital e o patrimônio.	Gerenciamento mais complexo e custo de registro mais elevado.
<b>Legislação</b>	Art. 5º, XVII a XXI, e art. 174, § 2º, ambos da Constituição Federal e Código Civil (Lei nº 10.406/2002), art. 53 ao art. 61.	Lei nº 5.764/1971; art. 5º, XVII a XXI, e art. 174, § 2º, ambos da Constituição Federal e Código Civil (Lei nº 10.406/2002), art. 1.093 ao art. 1.096.
<b>Constituição</b>	Depreende-se que, no mínimo, duas pessoas são necessárias. Não há norma expressa sobre o assunto.	Mínimo de 20 pessoas, conforme expresso em lei.
<b>Patrimônio/Capital</b>	Patrimônio formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social.	O capital social é formado por quotas, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização. Possui capital social.

Fonte: Dados do SEBRAE e das Leis nº 10.406/2002 (Código Civil) e nº 5.764/1971.

<sup>8</sup> A expressão “mundo ATUT” foi cunhada para designar esse espaço diferenciado e organizado do grupo de pessoas. Nas palavras de Kaufmann (2012), “os sentidos circulantes no galpão trouxeram à tona as formas de saber e de viver, evidenciando que o 'Mundo Atut' é tramado a partir de interações sociais e trocas intermitentes entre diferentes saberes, em um processo marcado pelas especificidades dos associados, do entra e sai de material, do encher e esvaziar de gaiolas, dos entendimentos e desentendimentos, das ordens e desordens, das tensões, dos confrontos, dos avanços e retrocessos, dos fluxos e refluxos que são potencializados pela dinâmica do cotidiano organizacional”.

De acordo com o entrevistado, a constituição de uma Cooperativa implica uma soma de obrigações dos mais diversos tipos, em especial, administrativas e jurídicas. Na prática, representa assumir compromissos de gestão, com a constituição de um corpo diretivo e um quadro administrativo e gerencial, implicando custos e um processo de formalização incompatível com o público atendido e a tarefa desenvolvida. Igualmente, verifica-se a inexistência de obrigação legal da constituição da iniciativa em forma de uma modalidade cooperativada para o tipo de atividade desenvolvida na Associação. A ATUT é um projeto social, de reabilitação psicossocial por meio da geração de trabalho e renda, porém bastante distante dos padrões empresariais habituais. Para além disso, há a condição ocupacional dos associados, onde a atividade representa mais uma ferramenta terapêutica de reabilitação psicossocial do que propriamente uma atividade laboral assinalada pelos marcadores de uma relação usual de trabalho e produtividade. Não existe na ATUT, por exemplo, a obrigatoriedade do cumprimento regular de carga horária, subordinação à chefias, exigência de produtividade.

No tocante à peculiaridade do quadro associativo e o reflexo nas relações estabelecidas, em sentença proferida nos autos judiciais nº 01666-2005-018-04-00-4, que tramitou pela 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS (JURISDIÇÃO, 2005), em que se buscava o reconhecimento de uma relação trabalhista, bem assinalou o julgador da ação ao referir que a associação só existe em razão da “impossibilidade fática de atingir individualmente o necessitado”. Ou seja, somente o grupo organizado pode oferecer esse pertencimento dentro de contexto com relações sociais diferenciadas, o que refoge do foco comercial:

Com efeito, a versão da defesa remete a uma associação que tão-somente tem o desiderato de canalizar os meios oferecidos pelos diversos entes estatais envolvidos em um determinado programa. Melhor dizendo, a associação apenas existe para tornar possível o programa, frente à impossibilidade fática de atingir individualmente o necessitado (mão-de-obra não qualificada residente na Vila São Pedro e internos do Hospital São Pedro), gerando renda para esse último.

Em reforço a essa ideia, conforme mostra Galletti (2003), em seu estudo na área da psicologia, a ATUT não se sujeita às necessidades do mercado, mas, sim, dos indivíduos envolvidos dentro de suas particularidades:

O trabalho na ATUT é estruturado por três setores: o do papel, o dos plásticos e o da administração. A administração envolve reuniões, contatos, organização da coleta, das vendas, o controle dos trabalhadores, seu pagamento, promoções, divulgações do trabalho, além da supervisão de tarefas como limpeza do local e realização do café, entre outras. O papel é separado por grupos entre misto e branco, Kraft e outros materiais, como jornais, revistas. Os plásticos são separados e identificados por códigos e cores. Derivam-se daí várias atividades, tais como: o material sigiloso que vai para picotadeira e depois para prensa e o material (papel e plásticos) que vai para prensa e é, depois, enfardado. Fora isto, esporadicamente, latinhas são amassadas, caixas de leite lavadas e outras atividades são desenvolvidas conforme o material e a demanda de mercado se apresentam. Depois da compra da prensa, raramente as latinhas são amassadas. Quanto a lavar as caixas de leite, apesar de comprador certo, foi decidido pelo grupo, depois de algum tempo, a não realização desta atividade, em vista dos prejuízos da água nas mãos das trabalhadoras, ambas pacientes do hospital. Mesmo com a demanda e, portanto, venda certa, o modo ATUT não se sujeita ao mercado. Está aberto a ele mas sem se subordinar por completo. Déficits na vida dos trabalhadores não são parte de uma estratégia ATUT de organização, que, ao contrário, procura positivar a vida (pp. 45-46).

Assim, considerando que o projeto é de natureza social e tem como finalidade primária o tratamento psicossocial e ressocialização dos integrantes, a constituição de uma cooperativa contrariaria sua natureza, que não apresenta em sua essência o objetivo de comércio e com fins

lucrativos. Enfatiza-se a importância de o poder público desenvolver olhares equânimes para iniciativas como essas, de inovação social, sem buscar burocratizar tais ações, com exigências exageradas, quando o intuito, na verdade, é o melhor aproveitamento dos recursos colocados à disposição pelo Estado, a par da beleza desse atendimento às necessidades sociais, econômicas e terapêuticas do contingente humano envolvido, com respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

#### **4.1. O impacto da unidade de triagem no contexto de Porto Alegre**

A gestão dos resíduos sólidos em geral gera respostas positivas para a sociedade, nas esferas ambiental, econômica e, mais ainda, social, se considerados os grupos organizados dentro do sistema da reciclagem. Com a unidade de triagem em estudo não é diferente.

Pode-se falar em impacto econômico, na medida em que há a geração de renda para os integrantes da associação. Segundo o entrevistado, a geração de receita, um dos focos do projeto, alinhado com a reabilitação psicossocial, é um aspecto fundamental, porque promove a inclusão econômica do trabalhador, como sujeito produtivo. No caso da ATUT, são processados e comercializados resíduos sólidos, gerando renda direta aos associados. A estimativa do volume físico mensal reciclado é de sessenta toneladas de matéria-prima geradas para a indústria, aproximadamente, no tocante ao tipo de resíduo papel. Tal volume redundaria em renda e movimentaria a economia para cerca de trinta e cinco associados e suas famílias, que, em regra geral, apresentariam produção ínfima em suas vivências profissionais, ou, pelo menos, com inexistência de continuidade.

O parâmetro para se verificar o impacto econômico, nestes casos em que há comprometimento psicossocial, é distinto dos casos corriqueiros, pois o público atendido, em geral, não integraria o processo econômico, mas, apenas, geraria uma demanda social. Consoante assevera Zen (2010, p. 55), em pesquisa realizada com um grupo cooperado, na dimensão econômica, o principal objetivo do poder público com a cooperativa é a geração de renda para uma parcela da população socialmente excluída, o que efetivamente se verifica também na associação em estudo.

Existe, ainda, a prestação de um serviço peculiar às instituições que destinam seu resíduo, que é a fragmentação dos documentos, servindo à manutenção de eventual sigilo desses papéis, trazendo economia aos cofres públicos, nas situações de documentos oriundas dessas instituições.

O impacto ambiental é o comum às demais unidades de triagem. Os resíduos urbanos, em especial o papel no caso estudado, são encaminhados à reciclagem, evitando-se que tenha o destino do aterro sanitário. Nesse particular, Gonella (2015) destaca os benefícios genéricos da reciclagem do papel, ao afirmar que “suas contribuições vão além do controle de lixo e poluição, abrangendo outros aspectos como o aumento da vida útil dos aterros sanitários, redução do desmatamento de maneira expressiva, e o consequente declínio da demanda por recursos naturais como a água e a energia”. Nos dados coletados, destaca-se o processo da triagem, que compreende a separação do material por categorias (papéis, papelão, revista, jornais, plásticos - 7 categorias -, fragmentação e enfardamento), sendo uma das etapas do processo produtivo da reciclagem, que tem seu seguimento em processos fabris envolvendo novas etapas de transformação (processos físicos e químicos) até a reconstituição em matéria-prima, portanto, esse processo de captação e reaproveitamento de resíduos é uma etapa fundamental, que alimenta o sistema.

O maior benefício na existência da associação em estudo é o impacto social. Em linhas gerais, Bremer (apud ZAMORA, 2013, p.16) observa que a gestão de resíduos sólidos, com a

inclusão de diversos grupos e parcerias, “cria a possibilidade de implementação de programas de educação ambiental, capacitação para o gerenciamento de espaços públicos e geração de renda, fortalecendo a solidariedade e práticas coletivas na gestão dos espaços urbanos”. Mas é na especificidade do caso concreto que reside a grande inovação social, a partir dos sujeitos envolvidos na iniciativa. Ocorre que o sujeito psiquiátrico, como pode ser designado, enfrenta uma sobreposição de dificuldades na questão social, em especial a ideia da ineficiência, por isso a extrema dificuldade em acessar e/ou se manter no mercado de trabalho, consoante explica o entrevistado.

Essa ideia de ineficiência se soma também a outras crenças, como a ideia de agressividade, periculosidade, incapacidade e outras limitações ou crenças. Na medida em que é possível resgatar a capacidade ocupacional da pessoa, esse processo resgata junto a credibilidade perdida no preconceito, gerando efeitos na autoestima e na autoconfiança. No caso da ATUT, o pertencimento no grupo e a responsabilidade pela tarefa desenvolvida reforçam essa construção de um lugar potencializador de equilíbrio emocional. Ou seja, os efeitos de um processo de reabilitação são potencializados de maneira exponencial, na medida em que esse sujeito, anteriormente descontextualizado de êxito nos vínculos sociais e comunitários, agora integrante de uma Associação, passa a contar com potencialidades diversas para enfrentar desafios para os quais apresentava dificuldade ou absoluta incapacidade: é como se a partir do processo terapêutico-ocupacional essa pessoa passasse a contar com a ferramenta adequada à demanda para a qual precisa se voltar.

Os resultados verificados no grupo organizado da ATUT impactam profundamente as vidas dos envolvidos. Explica-se. De acordo com as informações coletadas, o paciente portador de transtornos emocionais apresenta uma condição multifacetada de dificuldades. Dependendo da situação, essa precariedade pode se manifestar em prejuízos da linguagem, da motricidade, do humor, disponibilidade intelectual, etc. A inclusão do sujeito na sociedade formalizada, em especial nesse contexto do ‘mundo do trabalho’, como pode ser designado, exige a observância e o cumprimento de exigências, compromissos e até mesmo rituais (códigos de etiqueta e de comportamentos) para os quais esse público não apresenta a condição esperada, sendo necessário a oferta de uma espécie de ambiente protegido, que favoreça o desenvolvimento de habilidades e competências mediante a condição própria de cada um. A partir dessa disposição de condições, é possível para o sujeito desenvolver as suas capacidades e potencial, sentindo-se responsável por uma tarefa ocupacional compatível com a sua condição, o que gera consequências extremamente positivas na capacidade de autopercepção e de autovalorização, melhorando substancialmente o autoconceito e a autoconfiança. O sentimento de pertencimento ao grupo, ressaltado também por ROSADO (2009), “como o primeiro passo de um processo de reconstrução tanto da confiança em si mesmo, quanto no outro”, da mesma forma, potencializa a melhora do equilíbrio emocional, na medida em que o ato de estar em conjunto possibilita a identificação entre iguais, o sentimento de suporte e abrigo emocional. A ATUT, considerado como ambiente protegido, dentro do conceito acima explicitado, favorece o estabelecimento dessas relações do sujeito com a tarefa e com as relações do entorno e no grupo, surgindo como causa das mudanças favoráveis para aqueles trabalhadores peculiares.

## **5. Conclusões**

O objetivo geral do artigo é o de analisar o desenvolvimento dessa cadeia de reciclagem de resíduos sólidos e os impactos na ressocialização do indivíduo/paciente encaminhado aos cuidados do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Para tanto, realizou-se um estudo de caso único da

Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro (ATUT), em Porto Alegre, RS. Trata-se de um caso de inovação social no gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, ao integrar pacientes portadores de transtornos emocionais na cadeia produtiva da reciclagem.

Quanto aos processos de trabalho desencadeados na unidade de triagem, verificou-se que a associação possui uma organização com padrões de excelência, e está devidamente amparada e imbuída dos fins da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que são a promoção do desenvolvimento dos trabalhadores da cadeia de reciclagem de resíduos, além de proporcionar e envolvimento das instituições públicas e privadas no sistema produtivo.

Em relação às formas de empreendimento coletivo, a constituição de uma associação possui os alicerces legais necessários, não havendo motivo suficiente para a adoção de outro tipo, primeiro em razão de não haver exigência legal nesse sentido; depois, ante a condição ocupacional dos associados, produzindo relações diferenciadas no local, onde, consoante ressaltado, a atividade representa mais uma ferramenta terapêutica de reabilitação psicossocial do que propriamente uma atividade laboral assinalada pelos marcadores de uma relação usual de trabalho e produtividade, incorrendo em necessidade de desburocratização e na manutenção do foco nos trabalhadores envolvidos com o projeto social.

Quanto aos impactos ambientais, econômicos e sociais, o projeto envolvendo a Associação dos Trabalhadores do Hospital Psiquiátrico São Pedro pode ser considerado uma das iniciativas sociais de sucesso, não só local, mas nacionalmente. Um dos princípios da administração, o da continuidade, permeia o trabalho, já alcançando mais de quinze anos de manutenção da ação, pelos mesmos profissionais que o iniciaram. Importante consignar que essas pessoas têm agido plenamente cientes dos seus deveres de servidores públicos, efetivamente contribuindo para a melhoria da sociedade em que instalados. Mais do que uma ação socioambiental com implicações também econômicas, a iniciativa vai além dos fins do serviço público, para atingir os cidadãos, colaborando de forma efetiva para elevar Porto Alegre a uma categoria de cidade humana e inovadora.

Além de casos como o da ATUT, existem inúmeras ações inovadoras no país, que merecem o apoio do poder público e da iniciativa privada, norteados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, e para tanto, basta um olhar diferenciado sobre elas e os atores envolvidos. Mais ainda, no atual momento em que os grupos de catadores passam pelo ápice de valorização até agora experimentado, não só pela abrangência e foco da PNRS, mas inclusive por eles próprios e sua relação de trabalho como contribuição para o meio ambiente sustentável, como atores e agentes socioambientais (eles passam de catadores marginalizados, para trabalhadores; e de trabalhadores de menor importância, discriminados, para agentes socioambientais). Eles começam a se visualizar como integrantes da cadeia produtiva da reciclagem na comunidade em que vivem, incluídos e imbuídos de um valor de cuidado para com a sociedade, de um valor social, como prestadores de relevantes serviços para essa comunidade da qual se sentiam excluídos, o que se conclui também por meio da observação e visita a outras unidades de triagem não abrangidas pelo presente estudo.

Para estudos futuros, sugere-se a avaliação da questão da redução do uso de papel para impressão de documentos nas instituições públicas, em razão da implementação do documento digital, do procedimento eletrônico administrativo e processo judicial eletrônico, e seu impacto na cadeia de reciclagem de resíduos sólidos, especialmente em relação àqueles grupos organizados que constituem o referido material como instrumento de trabalho, que é o da associação em estudo.

Sugere-se, ainda, a partir da mensuração do produto recebido, com o uso de indicadores de desempenho, buscar possíveis soluções inovadoras para o problema da sazonalidade como fator de diminuição do quantitativo de matéria-prima captado, com consequências no trabalho e na geração de renda aos associados.

### **Referências**

AGOSTINI, Manuela Rösing *et al.* Uma visão geral sobre a pesquisa em inovação social: guia para estudos futuros. **BBR, Brazilian Business Review**, Vitória, v. 14, n. 4, p. 385-402, agosto de 2017.

ANDERSSON, Fabiano. **As ações do poder público municipal para o setor de reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre**: um estudo exploratório. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, março de 2005, pp. 80-88.

BORTOLI, Maria Aparecida. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Revista Katálysis**, 2013, 16 (julho-dezembro).

BRASIL. Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades de administração direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador e denomina o Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

\_\_\_\_\_. Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Política Nacional de Saneamento Básico. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm)> 28 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)> acesso em 28 de dezembro de 2017.

CESAR, A. M. R. V. C. **Método do estudo de caso (case studies) ou método do caso (teaching cases)?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. 1. ed. São Paulo: Mackenzie, 2006, p. 04.

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

ENGELMAN, Selda. **Reciclando modos de trabalhar, modos de subjetivar no Hospital Psiquiátrico São Pedro**: cartografia de uma nova suavidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – UFRGS, Porto Alegre, 2003.

ESTATUTO SOCIAL da Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Porto Alegre, 18 de setembro de 2002.

GONELLA, Jéssica dos Santos Leite et al. Diagnóstico da reciclagem de papel no cenário brasileiro: uma análise quantitativa da economia de recursos naturais. **Revista Científica ANAP Brasil**, [S.l.], v. 8, n. 13, nov. 2015. ISSN 1984-3240.

JACOBI, Pedro Roberto. **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil**: inovação com inclusão social. Editora Annablume, 2006, Coleção Cidadania e meio ambiente.

JURISDIÇÃO. 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, RS. Reclamatória trabalhista, autos judiciais nº 01666-2005-018-04-00-4, 2005.

KAUFMANN, Cristine *et al.* Tecendo o encontro entre diferentes saberes: a comunicação no contexto de uma usina de triagem de lixo. **Conexão** – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 11, n. 21, pp. 69-86, jan./jun. 2012.

KAUFMANN, Cristine. **Representações sociais sobre o projeto de Extensão "ATUT : Reciclando vidas com inclusão social"**, em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

PACHECO, Anderson Sasaki Vasques. **Inovação social em organizações da economia solidária**: as experiências de Brasil e Portugal. 446 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica das Organizações) - Universidade de Lisboa, Portugal, 2016.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana *et al.* **Aspectos econômicos e ambientais da reciclagem**: um estudo exploratório nas cooperativas de catadores de material reciclável do Estado do Rio de Janeiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 191-214, Apr. 2014.

ROSADO, Rosa Maris. Uma leitura bourdiana do “jogo do lixo”. **Interacções**, v. 5, p. 230-253, 2009.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Entenda as diferenças entre associação e cooperativa. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em 05 de dezembro de 2017.



ZAMORA, Gabriel Flores. **Análise do processo de reciclagem dos resíduos sólidos na cidade de Porto Alegre**: Unidades de Triagem e os catadores. Orientador: Bremer, Ulisses Franz, 2013. Nível Graduação. Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Curso de Geografia.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **Educação ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre, RS**. 2003. 176 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21053>. Acesso em: 08 de janeiro de 2018.

ZEN, Aurora *et al.* “Cooperativa popular de catadores de lixo urbano e o desenvolvimento sustentável de pequenos municípios: um estudo de caso da CALIXO”, **Revista Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, 2010, ano 7, n. 8, pp. 37-62.

## **APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Roteiro aplicado na Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro

Local/Data: Porto Alegre, 30/11/2017

Entrevistado: Alexandre Baptista, psicólogo, e-mail: alexandreatut@hotmail.com

I - Dos resíduos e processo de trabalho:

- 1.1. Qual o tipo de resíduo sólido utilizado pela UT São Pedro?
- 1.2 Descreva o processo de captação de resíduos sólidos?
- 1.3 Qual o quantitativo de resíduos sólidos recebidos por pessoa jurídica?
- 1.4 Qual o quantitativo de resíduos reciclados por mês?
- 1.5 Quais os meses em que há reduzido quantitativo e quais as consequências? Quais as soluções encontradas para manter a produção durante esses períodos?

II - Da captação dos resíduos:

- 2.1 Quantos convênios ou termos de cooperação estão formalizados com empresas e instituições?
- 2.2 Como se dá o transporte para a captação dos resíduos?

III - Tipo de organização formal do grupo de recicladores:

- 3.1 Porque constituir uma associação e não uma cooperativa?

IV - Do projeto:

- 4.1 Há quanto tempo o projeto de trabalho com pessoas portadoras de transtornos psíquicos foi implementado?
  - 4.1.1 Qual a origem de projeto?
  - 4.1.2 Se que forma foi equipada a Unidade de Triagem e qual a origem do subsídio para a aquisição dos equipamentos?
- 4.2 Quantas pessoas trabalham por mês ou por dia? Qual a média mensal ou anual de associados?
  - 4.2.2 Qual o percentual desses trabalhadores que possuem algum tipo de comprometimento psicossocial?

4.3 Elenque e descreva as situações que mudaram para os associados depois que o projeto começou.

4.4 Qual a causa associada a essas mudanças?

4.5 Quantitativo/percentual de internados que participam desse projeto?

4.6 Quais os efeitos secundários do projeto?

V – Impactos da unidade

5.1 Quais os impactos sociais, ambientais e econômicos dessa unidade de triagem?